

Políticas de ampliação da jornada escolar e seu caráter assistencialista

Patricia Lucia Vosgrau de Freitas - UEPG
plvfreitas@uepg.br

1 Introdução

As primeiras décadas deste século apresenta muitos desafios, uma delas é a elaboração de uma proposta educacional pautada pelos princípios do direito humano e do bem público (FREITAS,2019). E apesar do cenário educacional brasileiro estar sendo analisado há vários anos em pesquisas científicas, os governos não as tomam como referência na estruturação de políticas públicas educacionais, tornando cíclico este contexto.

Toda política pública deveria surgir a partir das demandas sociais e ter características de enfrentamento das desigualdades e serem efetivadas em duas instâncias, a de preservação da reprodução social e a de combate das desigualdades postas historicamente. Porém, temos políticas públicas atuando de forma compensatória e assistencialista que validam um caráter emergencial, reparando problemas superficiais sem promover transformações profundas.

No que se refere às políticas educacionais, Saviani (2008) e Apple (2001), corroboram para o entendimento desta dinâmica. Saviani em seu texto Políticas Educacionais: limites e perspectivas, considera a histórica resistência da elite dirigente, a manutenção da educação pública e a descontinuidade das medidas educacionais, materializados na escassez de recursos financeiros e a sequência interminável de reformas que sempre começam do zero, prometendo soluções definitivas, como sérios limitadores na constituição de políticas públicas mais emancipatórias.

E, a partir de Apple (2001) é possível compreender mesmo que algumas ações governamentais atendam ao interesse de certos grupos ou movimentos sociais, estas não

possibilitam ainda uma internacionalização de valores e normas que desequilibrem a ordem dominante estabelecida, ou seja, o interesse dos grupos políticos dominantes.

Esses grupos são analisados e caracterizados em quatro categorias por Apple (2001), o primeiro grupo é composto pelos neoliberais ou modernizadores, que articulam política educativa com economia e processo escolar com trabalho assalariado, O segundo grupo é formado pelos neoconservadores, que apoiam as ideias do primeiro, mas querem instituir um mecanismo de controle do conhecimento, da moral e dos costumes. O terceiro grupo é constituído pelos populistas autoritários que estão ligados às questões religiosas que defendem uma moral conservadora. O último grupo pertence a classe média que em sua maioria estão relacionados ao Estado e ideologicamente apoiados por princípios da gestão do lucro e da produtividade.

Apesar de Apple analisar outro contexto econômico social, é relevante tomá-lo para tentarmos entender as circunstâncias em que as políticas e ideologias estão estruturando as ações governamentais para a educação em nosso país e as políticas voltadas para a ampliação do tempo diário de crianças e jovens na escola, muitas vezes, retratam esse contexto. No limite desta discussão, nosso objetivo é iniciar uma reflexão sobre o caráter assistencialista das Políticas de ampliação da jornada escolar e o currículo para atender esta política.

2 O caráter assistencialista das Políticas de ampliação da jornada escolar

Toda política, programa ou projeto que visa a ampliação do tempo diário de permanência de crianças e jovens na escola busca a articulação com a concepção de Educação Integral e com as ideias anisianas¹ de escolas do dia todo defendidas a partir do início do século passado.

¹ Para Anísio Teixeira (1900 - 1971), as propostas educacionais deveriam estar vinculadas a uma ideia de desenvolvimento integral do homem. Tal vinculação é legítima, pois as “[...] bases de uma concepção de educação escolar que alcançasse áreas mais amplas da cultura, da socialização primária, da preparação para o trabalho e para a cidadania” (CAVALIERE, 2010, p. 250), estavam sempre asseguradas.

A ampliação do tempo escolar diário requer um entendimento de que, este tempo escolar, é construído social e historicamente a partir das necessidades da sociedade contemporânea. Moura (2009), enfatiza que o tempo escolar regra, ou é regrado, pela organização das famílias para apoiar as crianças/adolescentes em funções do horário de atendimento da escola, no entanto, nem todas têm essa possibilidade de acompanhar a vida escolar, são complexas as relações entre o tempo escolar, a cultura da escola e o tempo e cultura das famílias.

Nessas relações complexas surgem políticas, programas e projetos em nosso país que legitimam, a partir do currículo escolar adotado, o caráter assistencialista da ampliação da jornada diária escolar para atender, tanto às demandas advindas da organização dos contextos familiares, como das agruras sociais enfrentadas por crianças e adolescentes.

O currículo que ampara as Políticas de ampliação da jornada escolar diária no Brasil, segundo Souza (2016), não pode estar apenas baseado apenas no discurso de proteção e cuidado, e nem apenas no viés do reforço escolar, suprimindo as dificuldades de aprendizagem. Essas experiências, afirma o pesquisador, tendem a não dar certo, não havendo tempos para sua inventividade e o exercício da cooperação, da criatividade, da sociabilidade, para o estabelecimento de vínculos que vão além do conhecimento trabalhado de forma tradicional dentro dos muros da escola.

Os propósitos de um currículo para a extensão da carga horária devem estar ancorados em uma concepção mais abrangente e consequente de Educação integral, que viabiliza a ampliação do tempo destinado à educação de crianças e jovens “como parte integrante da mudança da própria concepção de educação escolar (...)” (CAVALIERE, 2007). E, a consolidação desta nova concepção de educação escolar perpassa pela luta contra a iniquidade cognitiva, a qual precisa ser compreendida para além da distribuição mais equitativa do saber científico e do reconhecimento que toda experiência produz conhecimento (ARROYO, 2011). Tal luta, inicia com a superação das segregações impostas pelos processos de ensinar impregnados de conhecimentos pobres em

significados sociais, reafirmando a advertência de Boaventura Souza Santos (2008), que a injustiça social é acentuada pela injustiça cognitiva.

Ao atingir esse propósito, o caráter assistencialista presente na maioria das Políticas de ampliação da jornada escola que visa atender os alunos vulneráveis, passa a apresentar um caráter mais democrático atingindo todas as matrículas das escolas públicas que ampliam sua jornada diária escolar.

3 Considerações Finais

A ampliação da jornada diária escolar no contexto das políticas públicas educacionais, apresenta-se como uma oportunidade de mudança real das escolas públicas brasileiras. Porém, é uma relevante a constituição de uma organização curricular diferenciada, integrada e integradora que possibilite uma atuação democrática de todos os envolvidos nesse processo.

Essa constituição curricular requer a superação de uma reflexividade decorrente do senso comum que permite uma maior clareza do objetivo da ampliação do tempo de permanência de crianças e jovens na escolas. Um movimento que precisa considerar “o saber próprio do senso comum, o conhecimento espontâneo ligado diretamente à experiência cotidiana, um claro-escuro, misto de verdade e de erro” (SAVIANI, 1984, p. 3), que contribui para superação da associação linear dos discursos e práticas que estão impregnadas nessa política.

Referências

APPLE, M. W. **Lições das escolas democráticas**. Escolas Democráticas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

CAVALIERI, A. M. V. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

FREITAS, P.L.V. **O conceito de educação integral e sua relação com a ampliação da jornada escolar.** encontro estadual da associação nacional de política e administração da educação: ANPAE/PR, 2022

Moura, A. F. **Tempo de escola e tempo de vida. Sentidos do tempo escolar – da exclusão à inclusão.** Mediações, p. 6–21, 2009.

SANTOS, B. V. S. **Um discurso sobre as ciências** Santos. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e a especificidade da educação. Em Aberto, Brasília, v. 3, n. 22, p. 1-6, jul./ago. 1984.

SAVIANI, D. **Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas.** Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008

SOUZA, Fernanda Ribeiro de. **Mais tempo para quê?: a organização do currículo em uma escola em tempo integral da rede municipal de educação de São João – PR.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016.